

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 –SEC. OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO

OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR PADRÃO FNDE – PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO E RURAL (6 SALAS COM QUADRA COBERTA), NO MUNICÍPIO DE LEME, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – JD. EMPYREO, QUE TERÁ COMO GESTOR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES E ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL.

1- PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de LEME, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, em parceria com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, convida as empresas do ramo da construção civil, a manifestarem interesse na apresentação de proposta para o presente processo de seleção, visando o credenciamento da vencedora, para contratação pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, da **Construção de Unidade Escolar PADRÃO FNDE – PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO E RURAL (6 SALAS COM QUADRA COBERTA)**, nos termos do Programa Minha Casa Minha Vida, no Jardim Empyreio, conforme cadernos técnicos, **Anexo (III)**.

1.1.1 Entrega dos documentos das empresas interessadas:

1.1.1.1 - As empresas interessadas, deverão protocolar seu envelope contendo a documentação exigida neste edital, no protocolo geral da Prefeitura, situado na cidade de Leme à Avenida 29 de Agosto, nº 668 – Centro, entre os dias 14 de maio e 05 de junho de 2018, das 08:00h às 16:00.

1.2. Este procedimento reger-se-á pela legislação e normas vigentes específicas do Programa Minha Casa Minha Vida, aqui compreendidas a Lei Federal nº 11.977, de 07 de Julho de 2.009, com as alterações da Lei Federal nº 12.424, de 16 de junho de 2011, e posteriores alterações, bem como as diretrizes, regras e condições do Ministério das Cidades, notadamente Portaria nº 210, de 16/03/18, aplicando-se subsidiariamente, e no que couber, os princípios e normais gerais da Lei Federal nº 8.666/93, e ainda pelas normas estabelecidas pelos Agentes Financeiros para aprovação dos projetos/empresas participantes, e pela legislação municipal local, bem como pelas disposições deste Edital, que os interessados declaram conhecer e às quais aderem incondicional e irrestritamente.

1.3. O presente Edital de Chamamento Público é fornecido gratuitamente, através do site www.leme.sp.gov.br – licitações - 2018.

1.4. Os trabalhos de seleção serão processados pela Comissão Permanente de Licitações, designada por Portaria.

1.5. A unidade escolar que se pretende a construção, tem as especificações descritas no Caderno Técnico, **Anexo III do presente edital**. O valor para a construção integral da Unidade Escolar e quadra anexa, conforme projetos e especificações anexos, deverá ser o apresentado neste processo de seleção, e que deverá ser apresentado pela selecionada, junto a Caixa Econômica Federal, para sua análise.

1.6. Os interessados poderão realizar visita técnica a área disponibilizada para a consecução do objeto, devendo juntar aos seus documentos protocolados, o respectivo comprovante. A não realização da Visita Técnica, não impedirá a empresa de participar do presente processo seletivo, entretanto, não servirá de justificativa para quaisquer apontamentos posteriores acerca das características do terreno, sejam eles quais forem, nem mesmo para somatória de pontos para a fase de seleção;

1.7. O objeto a ser construído, estará sujeito à aprovação do agente financeiro - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, uma vez satisfeitos os requisitos legais pertinentes àquele órgão, pela empresa a ser contratada.

1.8. O Contrato a ser firmado com a empresa selecionada, será formalizado pelo agente financeiro Caixa Econômica Federal, atendidas as normativas pertinentes ao programa respectivo.

2 - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Chamamento, é a seleção de empresa do ramo da construção civil, interessada na **Construção de Unidade Escolar PADRÃO FNDE – PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO E RURAL (6 SALAS COM QUADRA COBERTA)**, nos termos do Programa “Minha Casa Minha Vida”, instituído pela Medida Provisória nº 459 de 15 de março de 2009, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.499 de 16 de junho de 2011, e posteriores alterações, bem como Portaria 210/18-Ministério das Cidades, operado pela Caixa Econômica Federal, em área pertencente ao Município de Leme, localizada junto ao Jardim Emperio, conforme planta anexa ao presente.

3 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE

3.1. Para manifestação de interesse junto a este Município, a empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos, os quais deverão ser remetidos, **SOB PENA DE INABILITAÇÃO**, encadernados, contendo, na primeira folha, índice mencionando o conteúdo total apresentado e sua respectiva página, devendo ainda, todas as páginas, estarem devidamente rubricadas e numeradas:

3.1.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Cópia do RG, CPF e Comprovante de residência do(s) sócio(s)

3.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

Observações

3.1.2.1 - A empresa deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar a contratação.

3.1.2.1.1 - É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), quando houver recolhimento centralizado desses tributos.

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser contratado, a saber:

b.1) – Se o ramo de atividade da empresa for comércio, deverá apresentar prova de inscrição estadual;

b.2) – Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviço, deverá apresentar prova de inscrição municipal.

b.3) – Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviços deverá apresentar prova de inscrição estadual e municipal.

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal**, conforme segue:

c.1) A regularidade para com a **Fazenda Federal**, deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal (a presente Certidão deverá ter sido emitida nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFP nº 1751, de 02 de outubro de 2014).

c.2) – a regularidade para com a **Fazenda Estadual**, deverá ser comprovada pela apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, relativas, no mínimo a ICM/ICMS; (**Caso a licitante tenha domicílio no Estado de São Paulo, deverá apresentar a Certidão de Regularidade quanto à débitos tributários inscritos e também a de Débitos não inscritos na dívida ativa do Estado**).

c.3) – A regularidade para com a **Fazenda Municipal** deverá ser comprovada:

c.3.1 – por Certidão Negativa de Tributos Mobiliários expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado, caso o estabelecimento através do qual a licitante pretende contratar esteja situado fora do Município de Leme.

c.3.2 – por Certidão Negativa de Débito de Qualquer Origem expedida pela Fazenda Pública Municipal de Leme, caso o estabelecimento através do qual a interessada pretende contratar esteja situado no Município de Leme.

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal ou através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada à verificação da veracidade via internet.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1.943. (Incluído pela Lei nº 12.440/2011).

3.1.3- Qualificação Econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social assinado(s) por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, que comprovem a boa situação financeira da pessoa jurídica, vedada a sua substituição por balançotes ou Balanços Provisórios, apresentados na forma abaixo discriminada.

b) No caso específico de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S. A.), o Balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial do Estado ou cópia dos referidos documentos devidamente registrados na Junta Comercial.

c) As sociedades constituídas a menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

d) A empresa que tenha optado pelo Lucro Presumido, para fins de imposto de renda, bem como as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, **não ficarão desobrigadas da apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social.**

e) A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, e para isso, deverão comprovar e apresentar o cálculo que possuem Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Liquidez Geral (ILG) iguais ou maiores que 01 (um), e (Índice de Solvência Geral (ISG), igual ou maior que 1,00.

e.1) Caso a empresa tenha ILG menor do que 01 (um) estará habilitada neste item se comprovar que possui Índice de Solvência Geral (ISG), igual ou maior que 1,00 (um).

e.2) As seguintes definições de índices financeiros se aplicam neste subitem:

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

(*) Fórmulas:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)}$$

Onde:

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = \frac{AT}{(PC + ELP)}$$

Onde:

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

f) Certidão Negativa de falência, expedida pelos distribuidores forenses da sede ou domicílio da proponente, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data designada para entrega e abertura das propostas.

3.1.4 - DA CAPACIDADE TÉCNICA

3.1.4.1- De forma a demonstrar a prova de Qualificação Técnica, as licitantes deverão apresentar:

a) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, conforme Lei 12.378/2010, plenamente válida;

b) Atestado(s) ou certidão (ões), de Capacidade Técnica Operacional, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA ou CAU), no qual se comprove a execução de obras que atendam as parcelas de maior relevância do objeto ora licitado, (conforme abaixo).

Execução de, no mínimo:

A)	Fornecimento e montagem de estrutura metálica	10.000,00kg
B)	Pintura em paredes internas e externas	1.000,00m ²
E)	Assentamento de piso	300,00m ²
F)	Cobertura com telha cerâmica	600,00m ²

c) Capacitação Técnico-Profissional - Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data de apresentação dos documentos, profissional de nível superior, na modalidade engenheiro civil ou arquiteto, apto a exercer sua profissão (*condição obrigatoriamente comprovada, pela juntada da ficha de registro de empregados ou registro na carteira profissional, contrato social, em se tratando de sócio; sendo possível a comprovação através de contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos, e que venha a integrar a equipe técnica, assumindo a condição de participante da execução dos serviços objeto deste chamamento* - detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia – CREA, ou no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, conforme Lei 12.378/2010, por execução de obras ou serviços que atendam as parcelas de maior relevância do objeto ora licitado, (conforme abaixo), (acompanhadas das respectivas CAT's – Certidões de Acervo Técnico),

c.1) – Para fins de atendimento ao presente item, as parcelas de maior relevância e que devem ser comprovadas pelos atestados são:

Fornecimento e montagem de estrutura metálica
Pintura em paredes internas e externas
Assentamento de piso
Cobertura com telha cerâmica

d) A comprovação poderá se dar através de documento único ou da somatória de dois ou mais certidões/atestados.

e) Comprovação, através de documento expedido pela Caixa Econômica Federal, da habilitação da empresa para operar com a mesma (análise de risco efetuada pela CEF - GERIC), com prazo de validade não expirado e que contenha a informação do rating (classificação);

f) Comprovação de que a empresa é detentora de certificação pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), com prazo de validade não expirado, contendo a classificação.

g) Atestado de visita ao local da obra, emitido pela Secretaria Municipal de Obras (facultativo).

3.1.5. Declaração assinada por Diretor ou Representante Legal da empresa, identificada com número da Carteira de Identidade e CPF, em papel timbrado, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, constando número do CNPJ da empresa, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvando ainda que, se emprega menor a partir de quatorze anos, é na condição de aprendiz, conforme Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002. **ANEXO IV**

3.1.6. Declaração assinada por Diretor ou Representante Legal da empresa, de que tem pleno conhecimento e aceitação integral e irrevogável dos termos, condições e anexos deste Chamamento, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida e Portaria nº 210/18-Ministério das Cidades.

3.1.7. A empresa proponente deverá apresentar, devidamente preenchida, a Manifestação de Interesse, correspondendo ao **ANEXO I** deste Chamamento Público.

3.1.8. Declaração da licitante, sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA, para licitar ou contratar com a Administração Pública, assinada por representante legal da Empresa. **ANEXO V.**

3.1.9. Declaração de cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho **ANEXO VI.**

3.2 – PROPOSTA/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

3.2.1 – Deverá a empresa interessada, apresentar ainda, uma proposta contendo o preço global ofertado para o objeto, acompanhada de planilha orçamentária, contendo todos os itens e quantitativos previstos na planilha ofertada junto ao presente edital, também obedecendo-se o modelo fornecido junto ao presente edital.

3.3 – A empresa que não apresentar quaisquer dos itens exigidos, documentos e propostas, (salvo atestado de visita), ou apresentá-los em desconformidade com o exigido, bem como aquelas que contiverem preço global superior ao preço estimado pela Administração, será inabilitada/desclassificada, não prosseguindo para a fase de seleção.

3.3.1 – Serão desclassificadas ainda, aquelas que contiverem preços inexequíveis, mediante aplicação do disposto no Art. 48, II, da Lei 8.666/93.

4. DA SELEÇÃO DA EMPRESA

4.1 – O critério para classificação das empresas habilitadas/classificadas (nos termos retro expostos), será o de **MAIOR PONTUAÇÃO**, calculada conforme os critérios abaixo definidos, constantes da documentação e proposta apresentadas:

ITEM, QUESITOS TÉCNICOS, PONTOS TOTAIS:

a) Quanto ao tempo de Inscrição da empresa no CREA ou CAU (contados a partir da data final de apresentação dos documentos do presente chamamento):

- a.1) Até 01 ano - 0,5 ponto
- a.2) 01 ano e 01 dia, à 05 anos completos - 1 ponto;
- a.3) 05 anos e 01 dia à 10 anos completos – 1,5 pontos;
- a.4) Acima de 10 anos – 2 pontos;

b) Quanto ao conceito de análise de risco de crédito, junto a Caixa Econômica Federal:

- b.1) Conceito A - 02 pontos;
- b.2) Conceito B - 01 ponto;
- b.3) Conceito C - 0,5 ponto.

c) Quanto ao PBQP-H – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat:

- c.1) Nível A - 01 ponto;
- c. 2) Nível B - 0,5 ponto;
- c.3) Nível C e D - 0 ponto.

d) Atestado de Visita técnica ao local da obra: 0,5 ponto

e) Quanto ao preço global ofertado; sendo que, para fins de seleção, serão consideradas somente duas casas decimais nos centavos.

- e.1) Preço global até 2% inferior ao preço global estimado pela Prefeitura: 1 ponto
- e.2) Preço global entre 2,1 até 5% inferior ao preço global estimado pela Prefeitura: 1,5 ponto
- e.3) Preço global entre 5,1 até 10% inferior ao preço global estimado pela Prefeitura: 2 pontos
- e.4) Preço global acima de 10% inferior ao preço global estimado pela Prefeitura: 2,5 pontos

4.2 – A classificação far-se-á em ordem decrescente, conforme pontuação, e será declarada selecionada/credenciada, a empresa que atingir a maior pontuação.

4.3 – Serão desclassificadas as empresas que obtiverem pontuação inferior a 4 pontos.

4.4 – Em caso de empate entre duas ou mais empresas, será realizado o desempate considerando a empresa com maior pontuação no item 4.1, e) – Preço global; permanecendo o empate, será realizado o desempate, considerando a empresa com maior pontuação no item 4.1, a), Tempo de Inscrição da

Empresa no CREA o CAU; permanecendo o empate, será realizado o desempate, considerando a empresa com maior pontuação no item 4.1, b); permanecendo o empate, será realizado o desempate considerando a empresa com maior pontuação no item 4.1, c); permanecendo o empate, será realizado o sorteio, com convocação prévia de todas as empresas participantes.

4.5 – A decisão quanto a habilitação, classificação e indicação da selecionada, será publicada na Imprensa Oficial do Município de Leme, e Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como disponibilizada no site oficial da Prefeitura, a partir de onde, começará a correr o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de eventual recurso, o qual deverá ser dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, através da Comissão de Licitações, ficando os autos com vistas franqueadas a todos os interessados, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme, a Av. 29 de Agosto, 668, centro, Leme/SP;

4.6 – Interpostos recursos, os mesmos serão recebidos com efeito suspensivo, intimando-se os recorridos (se for o caso), para apresentação de contrarrazões, também no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação.

4.7 – Decididos os recursos, a decisão será publicada na Imprensa Oficial de Leme, Diário Oficial do Estado de São Paulo, e será disponibilizada ainda, no site oficial da Prefeitura de Leme (www.leme.sp.gov.br – licitações – 2018).

4.8 - Aprovado e homologado o resultado da seleção pelo Secretário de Obras ou Prefeito, a Administração Pública convocará a empresa vencedora, para assinar o termo de seleção, conforme minuta descrita no **Anexo VII**, deste edital, através de seu representante legal ou de procurador devidamente habilitado, o qual deverá comparecer na Prefeitura, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da convocação.

4.9 – O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, a critério do Município, desde que seja requerido de forma motivada pela empresa selecionada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.10 – Transcorrido o prazo, e não comparecendo o proponente convocado para a assinatura do termo de seleção, não havendo requerimento de prorrogação ou sendo este indeferido, será ele havido como desistente.

4.11 – O Município, quando a empresa convocada não comparecer, ou, injustificadamente, se recusar a assinar o termo de seleção no prazo e condições estabelecidos, poderá convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar o Chamamento Público.

5 – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

5.1 – A Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano, encaminhará para a Caixa Econômica Federal, cópia do Processo de Seleção com a relação de classificação das empresas, sendo de total responsabilidade do agente financeiro a seleção definitiva da empresa para fins de contratação, não cabendo interferência do Município.

5.2 – A classificação das empresas participantes desta Chamada Pública, não implicará na sua contratação pelo agente financeiro. A contratação dependerá da aprovação, pelo agente financeiro, dos projetos e documentos pertinentes à referida Chamada Pública, e sua adequação às diretrizes do Programa Mi-

Minha Casa Minha Vida – Portaria 210/18 – Ministério das Cidades, especificamente ao tipo de objeto a ser executado.

5.3 - A empresa selecionada deverá apresentar à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de **15 dias** após a emissão do Termo de Seleção, a proposta contendo a documentação completa e os projetos para análise e contratação da construção da unidade, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme regramento estabelecido pelo Ministério das Cidades.

5.3.1 – Após apresentação da documentação completa, a empresa terá prazo máximo de 05 dias para eventuais correções exigidas pelo agente financeiro e assinatura do contrato, ou outro prazo pelo Agente Financeiro eventualmente concedido.

5.4 – No momento da contratação, a Contratada deverá ter Carta de Avaliação de Risco de Crédito junto ao agente financeiro, com conceito de análise de risco de crédito favorável em seu nome.

5.5 – No momento da contratação, a contratada deverá ter Atestado de Qualificação/Certificação no PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade Habitat, válido, fornecido por entidade certificadora reconhecida por órgão competente em nome da empresa.

5.6 – Findo o prazo estipulado, caso a empresa classificada em primeiro lugar ainda não tenha apresentado a documentação completa, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo de escolha, e, assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

5.7 – A Classificação das empresas realizada nesta Chamada Pública, somente terá eficácia se for celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida entre a empresa credenciada e o agente financeiro, não cabendo ao Município nem a instituição financeira ressarcir a empresa por qualquer valor despendido.

5.8 – De todas as reuniões para análise dos documentos lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato.

5.9 – Servidores Municipais, assim considerados aqueles do art. 84, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, estão impedidos de participar deste chamamento, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do art. 9º, inc. III, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município.

5.10 – É facultada a Comissão de Licitação ou à autoridade competente, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente do envelope de documentos.

5.11 – Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Edital e seus anexos, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da sua participação e correta formulação da proposta e do integral cumprimento das obrigações decorrentes do objeto.

5.12 – Somente poderão participar da presente, empresas legalmente constituídas e estabelecidas, que estejam habilitadas e capacitadas a executar o seu objeto e que satisfaçam, integralmente, a todas as condições do Edital e do Agente Financeiro.

5.13 – Não será admitida a participação de empresas que se encontrarem em processo de falência, dissolução, fusão, incorporação ou em liquidação;

5.14 - Para esclarecimentos técnicos referentes à obra objeto deste edital, entrar em contato com Secretaria Municipal de Obras, no horário das 08 horas às 16 horas, de segunda-feira a sexta-feira, pelo telefone (19) 3555.2056.

5.15 - Quaisquer informações ou dúvidas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas, por escrito, junto a Secretaria Municipal de Administração, mediante protocolo, em até 01 dia útil, antes da data fixada para encerramento do prazo de protocolização dos envelopes.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Em observância ao Art. 116 da Lei Federal 8666/93 aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente Chamamento os dispositivos desta lei, no que couber.

6.2. A participação das empresas interessadas deverá respeitar com rigor todas as especificações e condições apresentadas no presente Chamamento e nos ANEXOS que fazem parte integrante deste, a saber:

ANEXO I – Manifestação de Interesse;

ANEXO II – Declaração de Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida – Portaria 210/18 - Ministério das Cidades;

ANEXO III – Termo de Referência – CADERNOS TÉCNICOS (MEMORIAL DESCRITIVO); PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – PROJETOS

ANEXO IV – Declaração de que não Emprega Menores;

ANEXO V – Declaração de Idoneidade

ANEXO VI – Declaração de cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho

ANEXO VII – Termo de seleção

ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA

6.3. À exceção daqueles para os quais é exigida a autenticação em cartório, os demais documentos poderão ser apresentados em uma só via: em original, em cópia autenticada em cartório ou em cópia simples, acompanhada do original, para ser autenticada por servidor público municipal.

6.4. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

6.5. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame dos documentos, caberá a classificação e o julgamento da obediência às condições do presente Chamamento Público, bem como decidir no tocante às dúvidas ou omissões, no que lhe couber.

6.6. O Município poderá revogar o presente Chamamento Público, bem como decidir no tocante à dúvidas ou omissões, anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.

6.7. A anulação do Chamamento Público, por motivo de ilegalidade, não gera obrigações de indenizar, por parte do Município, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO**

LICITAÇÕES E CONTRATOS



Juntos faremos o que deve ser feito!

6.8. Na contagem dos prazos processuais estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de seu início e incluir-se-á o dia do vencimento.

6.9. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente na Administração Pública Municipal de Leme/SP.

6.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Leme - SP, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Chamamento Público, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Leme— SP, 09 de maio de 2.018.

Wagner Ricardo Antunes Filho
Prefeito Municipal

ANEXO I
MODELO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

DADOS DO PROPONENTE	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO COMPLETO:	
C.N.P.J.	
INSC. ESTADUAL:	
CIDADE / CEP:	
ESTADO:	
EMAIL / FONE:	
NOME DO RESP.	
RG Nº	
CPF/MF Nº	
ENDEREÇO:	
CIDADE/CEP	
ESTADO:	
EMAIL:	
DATA DE NASCIMENTO:	
DADOS BANCÁRIOS EMPRESA:	
BANCO:	
AGENCIA:	
CONTA CORRENTE:	

Pelo presente termo, a empresa supra, vem manifestar junto a Prefeitura de Leme/SP, seu interesse em participar do Chamamento Público – que visa a seleção de empresa DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR - **PADRÃO FNDE – PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO E RURAL (6 SALAS COM QUADRA COBERTA)** NO MUNICÍPIO DE LEME, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – JD. EMPYREO, QUE TERÁ COMO GESTOR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES E ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL, E, em conformidade com as condições e especificações informadas pela Caixa Econômica Federal.

Local e Data.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PMCMV-PORTARIA 210/18 – MINISTÉRIO DAS CIDADES

Pelo presente termo, a empresa (nome da construtora), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (número do CNPJ), sediada a (endereço da construtora), neste ato representada por (nome do representante da construtora), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF do representante da construtora), vem declarar que tem pleno conhecimento das regras constantes do Programa Minha Casa Minha Vida – Portaria 210/18 – Ministério das Cidades, e que desde já se submete às condições do Programa.

Local e Data.

(Assinatura do Representante Legal da empresa)

ANEXO III

**CADERNO TÉCNICO
MEMORIAL DESCRITIVO
PLANTAS
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ANEXO IV
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

Pelo presente termo, a empresa (nome da construtora), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (número do CNPJ), sediada a (endereço da construtora), neste ato representada por (nome do representante da construtora), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF do representante da construtora), DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Local e Data.

(Assinatura do Representante Legal da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 – Secretaria de Obras, que a empresa (_____) não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e Data.

(Assinatura do Representante Legal da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018-Secretaria de Obras, que a empresa (_____), cumpre as normas relativas à medicina e segurança do trabalho.

Local e Data.

(Assinatura do Representante Legal da empresa)

**ANEXO VII
MINUTA DO TERMO DE SELEÇÃO**

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR PADRÃO FNDE – PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO E RURAL (6 SALAS COM QUADRA COBERTA) NO MUNICÍPIO DE LEME, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – JD. EMPYREO, QUE TERÁ COMO GESTOR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES E ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL.

TERMO DE SELEÇÃO

- 1) O MUNICIPIO DE LEME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 46.362.661/001-68, com sede administrativa na Avenida 29 de Agosto, 668, centro, Leme – SP, através do seu Exmo. Sr. Prefeito, WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO, brasileiro, portador do C.P.F. (M.F.) nºe RG/SSP/SP nº., em pleno e regular exercício de seu mandato, concluído o processo de seleção instituído pelo edital de Chamamento Público nº.....-18 – Secretaria de Obras e Planejamento Urban, DECLARA VENCEDORA D PROCESSO DE SELEÇÃO, a empresa.....(qualificação completa)
- 2) A empresa selecionada deverá apresenta à Caixa Econômica Federal (Piracicaba), no prazo máximo de 15 (quinze) dias após assinatura deste termo de seleção, a proposta e documentação completa para análise e contratação da construção da unidade escolar junto ao Jd. Empyreio – Leme/SP, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal.
- 3) A proposta a ser apresentada pela empresa deverá estar em conformidade com a vencedora do processo de seleção, e demais documentos técnicos fornecidos junto ao edital.
- 4) Como condição para a contratação, a empresa selecionada deverá POSSUIR conceito de análise de risco de crédito favorável junto à Caixa Econômica Federal.
- 5) Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido as exigências constantes nos itens anteriores, este termo será considerado nulo.

Leme, de de 2018

Wagner Ricardo Antunes Filho
PREFEITO MUNICIPAL

Empresa

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/18- Secretaria de Obras e Planejamento Urbano

DADOS DO PROPONENTE	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO COMPLETO:	
C.N.P.J.	
INSC. ESTADUAL:	
CIDADE / CEP:	
ESTADO:	
EMAIL / FONE:	
NOME DO RESP.	
RG Nº	
CPF/MF Nº	
ENDEREÇO:	
CIDADE/CEP	
ESTADO:	
EMAIL:	
DATA DE NASCIMENTO:	
DADOS BANCÁRIOS EMPRESA:	
BANCO:	
AGENCIA:	
CONTA CORRENTE:	

1 - DO OBJETO

A presente proposta refere-se à **SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR - PADRÃO FNDE – PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO E RURAL (6 SALAS COM QUADRA COBERTA) NO MUNICÍPIO DE LEME, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – JD. EMPYREO, QUE TERÁ COMO GESTOR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES E ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL**, conforme condições estabelecidas nos Anexos: Pasta Técnica e demais.

2 - DA REMUNERAÇÃO

2.1 - O preço global proposto é de R\$ _____ (_____) fixo e irrevogável, para a execução dos serviços objeto deste processo.

2.2 - No preço indicado estão incluídos todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados inclusive o custo dos vigias noturnos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços, objeto desta licitação.

3 – ANEXOS DA PROPOSTA

3.1 - Constituem anexos da presente proposta:

Planilha Orçamentária

Assinatura do representante legal

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO: Chamamento público 001/18-Sec. Obras e Plaj. Urbano; **OBJETO:** seleção de empresa do ramo da construção civil, para construção de unidade escolar - Padrão FNDE – projeto espaço educativo urbano e rural (6 salas com quadra coberta) no Município de Leme, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – JD. Empyreo, que terá como gestor a caixa econômica federal; **PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:** de 14 de maio a 05 de junho de 2.018; **LOCAL PARA ENTREGA:** protocolo geral da prefeitura, situado na cidade de leme à avenida 29 de agosto, nº 668 – centro, das 08:00h às 16:00; **EDITAL:** gratuito, no site www.leme.sp.gov.br (licitações – 2018 – chamadas públicas), disponível a partir de 11 de maio de 2.018.

Leme, 09 de maio de 2.018

Wagner Ricardo Antunes Filho

Prefeito Municipal